
DEBATE

FEVEREIRO 78

28



custo de vida - mps - oposição sindical

CONTANDO AS DIVISÕES

A primeira constatação que se impõe na análise da atual situação política do Brasil é que, contrariamente ao que vinha acontecendo após o golpe de 64, a série de medidas de exceção conhecida como "pacote de abril" não teve como consequência um marasmo político no país. Pode-se inclusive dizer que a vida política nacional não tinha conhecido nos últimos anos maior intensidade. Maior quem sabe até que 68. Malgrado as manifestações estudantis e as greves operárias assim como o início das ações armadas urbanas, a base de sustentação da ditadura tendia naquele período a se ampliar com o forte crescimento econômico e a luta contra a ditadura estava restrita a apenas alguns setores da sociedade.

Esta ebulição política é um sintoma claro da decomposição do regime. Por causa dela, as posições das mais diversas forças e setores vem se aclarando, permitindo comprovar algumas análises anteriormente feitas e mostrando a necessidade de precisar ou alterar outras.

Frota versus Geisel

Apontamos em inúmeras ocasiões para a importância do conflito no seio do regime entre liberais de direita e fascistas e para o que vinha sendo um dos traços constantes da ditadura militar: a necessidade de uma composição política entre esses dois setores. Recentemente, este conflito tomou um caráter antagônico e pode-se dizer que em grande medida a composição política entre fascistas e liberais de direita foi rompida. Sabe-se, com efeito, que a razão principal da queda do General Silvío Frota, integrante da ala fascista, está intimamente ligada ao fato que ele tentou reeditar a manobra de Costa e Silva quando, ainda ministro da Guerra do governo Castelo Branco, conseguiu impor-se como sucessor graças à posição chave que ocupava. Ao pretender obter aquilo que nenhum dos ditadores anteriores tinha podido conseguir, a saber determinar a escolha de um sucessor de seu agrado, o General Geisel se defrontou com uma extensa articulação que atingia toda a ala fascista do Exército e seus seguidores no interior da Arena. A evolução recente da crise no seio do regime deixou claro que a ala fascista estava disposta a derrubar o General Geisel caso este se tornasse um empecilho à realização de suas ambições, tendo para isto montado todo um dispositivo militar golpista. Segundo relatos publicados na imprensa, o manifesto divulgado pelo General Frota logo após seu encontro com Geisel, em que lhe foi comunicada sua demissão, estaria preparado de antemão (com exceção da última parte que se refere ao encontro) e constituía o comunicado das razões que teriam levado as Forças Armadas a dar um golpe para substituir Geisel no poder.

Contando as divisões

Estes acontecimentos vieram demonstrar a pertinência das observações feitas no editorial de Debate 25 (abril de 77) em que já se assinalava que era possível uma ruptura no seio do aparelho militar. Ao comentar a pergunta de um alto funcionário do regime após o pronunciamento de Papa Júnior - Quantas divisões tem o Papa? - assinalamos que "o trocadilho encerra uma questão de fundo. O Papa não tem divisões, mas estarão todas elas com o Geisel? ou com o Garrastazu Medici? e sobretudo: terá che-



gado a hora, no Brasil, de contar as divisões?".

Mesmo atualmente, é difícil determinar com exatidão quais foram os resultados deste tipo de cálculo. O relato publicado no Estado de São Paulo de 4 de novembro de 77 sob o título "As doze horas decisivas até a saída de Frota" indica que dos nove batalhões sediados em Brasília apenas dois cerraram fileiras em torno do ex-ministro. Porém, comentários provenientes de "círculos militares ligados ao Ministério do Exército" publicados pelo mesmo jornal no dia 9/11 afirmam que "seria verdade justamente o contrário: com o presidente Geisel estavam apenas a brigada comandada por França Domingues e a unidade trazida de fora. Todas as outras, inclusive a própria Guarda Presidencial, estavam com o ministro e essa teria sido a verdadeira razão da demissão do comandante da Guarda, logo depois dos acontecimentos do dia 12 de outubro" e acrescentam que "dada a divisão de forças em Brasília, a vitória caberia, provavelmente, às tropas fiéis ao ministro, mas depois da tomada de posição do Estado Maior ao lado de Geisel, a situação no resto do País se mostrava incerta, apesar de sondagens anteriores terem mostrado que a divisão de forças era idêntica à de Brasília".

A depuração que vem sendo realizada após a queda de Silvio Frota nos postos de comando do Exército mostra a amplitude da conspiração e, sobretudo, indica até que ponto se consumou a ruptura entre fascistas e liberais de direita no seio do regime e do aparelho militar. A fração liberal de direita obteve uma clara vitória com o consequente fortalecimento do General Geisel. No entanto, a derrota da corrente "ultra" não pode ser considerada como definitiva. Em primeiro lugar porque, apesar da depuração em postos-chaves do Exército, sua força ainda continua importante. Em segundo lugar porque, apesar dos esforços para apresentar o novo ministro do Exército - Bethlem - como um partidário da "linha Geisel", seus antecedentes indicam o contrário. Sabe-se que foi divulgado um documento assinado por ele o qual pelo tom e pelo tipo de denúncias que contém se parece bastante com o manifesto do General Frota. A divulgação deste documento logo após a posse de Bethlem tem sido interpretada como sendo uma forma do grupo Frota demonstrar que o novo ministro também participara da conspiração e que tinha sido "um traidor da causa". É demonstrativo da fragilidade da vitória do setor liberal de direita que os analistas políticos da imprensa burguesa no Brasil façam frequentemente comentários do estilo: "O sucessor do presidente Geisel - se conseguir tomar posse...".

As reformas da ditadura

O projeto do setor liberal de direita no seio do regime que já estava explícito há algum tempo foi assumido pelo General Geisel em seu discurso do dia 1 de dezembro. Reconhecendo "a aspiração de muitos - sobretudo nos setores mais esclarecidos e afirmativos (sic) da Nação - no sentido de aprimorada institucionalização dos ideais democráticos de sessenta e quatro", Geisel anunciou que: "Cogita-se de por um termo às leis de exceção - necessárias em algumas fases de nossa transição revolucionária, mas que com a evolução pacífica da vida nacional já podem se tornar dispensáveis - substituindo-as por adequadas salvaguardas institucionais que permitam garantir a manutenção e o melhor funcionamento do regime democrático e a ordem".

As tímidas reformas anunciadas e que deverão ser discutidas no decurso da "missão Portella" agora oficializada se concentram em seis pontos principais: restabelecimento do habeas-corpus, criação de uma Corte Constitucional ou Conselho de Estado, fim da censura e elaboração de uma nova lei de imprensa, revisão das penas da Lei de Segurança Nacional, criação da figu-

ra constitucional de Estado de Emergência e fim do decreto 477 . O exemplo deste último ponto é significativo do alcance de ditas reformas pois sua revogação não alterará praticamente nada na medida em que seus dispositivos já foram incluídos nos regimentos internos da maioria das Universidades do país . Além desses seis pontos fala - se também no fim do bipartidarismo para depois da homologação pela Arena do nome do sucessor do General Geisel .

O discurso de Geisel anunciando as reformas foi acolhido com bastante frieza. Em primeiro lugar por causa do conteúdo (ou falta de conteúdo) delas. Sucederam-se as declarações de políticos ligados à ala moderada do MDB e alguns até da Arena considerando que estas reformas vieram muito tarde e não são mais adequadas ao momento político atual . Em segundo lugar, porque elas só virão a ser aplicadas após a posse do sucessor já oficialmente designado, o General João Batista Figueiredo. Ora , com exceção de seu currículo em que consta entre outros " serviços prestados à nação " o fato de ser o atual chefe do S.N.I. , pouco ou nada se sabe sobre o candidato a ditador. Quanto ao atual governador de Minas e futuro vice-presidente, Aureliano Chaves , sua conhecida posição não é de molde a despertar nenhum entusiasmo, mesmo entre aqueles que procuram tapar o sol com uma peneira. Não basta ser civil para ser a favor da democracia! Além disso , ficou bastante claro que estas medidas só foram anunciadas quando a situação já se tornara praticamente insustentável para a ditadura minada por suas contradições internas e ameaçada de perder suas principais bases de apoio .

A burguesia e o poder de Estado

Já é bastante conhecida nossa análise do caráter do regime ditatorial brasileiro como estando a serviço da acumulação monopolista acelerada no país ao mesmo tempo em que é expressão da crise de hegemonia burguesa. Não conseguindo impor diretamente sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade e da economia, a burguesia monopolista tinha um evidente interesse em que o poder de Estado fosse exercido pelo Alto Comando das Forças Armadas para realizar sua política. Neste sentido é possível afirmar que a ditadura militar foi essencial para a dominação da burguesia monopolista no Brasil .

Ora, o fato de ter sido essencial não significa que a ditadura militar seja a única forma possível de dominação burguesa no Brasil . Durante os já quatorze anos de exercício do poder pelos militares, a burguesia monopolista se fortaleceu bastante no Brasil tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político. Economicamente a acumulação monopolista passou a ser determinante no país , politicamente a burguesia está cada vez mais convicta de poder impor seus interesses e sua ideologia para o conjunto da sociedade sem precisar abdicar do exercício direto do poder de Estado.

Não se trata, é óbvio, de uma suposta tendência democrática inerente à burguesia , mas simplesmente que o forte crescimento das aspirações por liberdades democráticas no país que tomam rumos cada vez mais conseqüentes fazem-na temer que o processo lhe escape e ultrapasse os limites que lhe parecem compatíveis com seus interesses econômicos.

Mas a isto não corresponde ainda nenhum projeto capaz de assegurar a coesão da classe dominante na hipótese da "reconversão liberal" do

regime. Embora o fundamental para todos eles seja manter a situação sob controle, as divergências giram em torno de até onde é necessário ir numa liberalização que permita garantir seus interesses econômicos e ao mesmo tempo desviar a mobilização popular de seu curso atual.

Neste contexto, tomam todo seu sentido os balões de ensaio de representantes da classe dominante pedindo a concessão de "anistia recíproca" às vítimas do terror e do arbítrio policial e a seus algozes. Com efeito, com o abrandamento da censura à imprensa tem vindo cada vez mais à baila casos de tortura e de exações policiais que têm sensibilizado enormemente a opinião pública fazendo com que ganhe corpo o ponto contido no programa dos revolucionários: dissolução dos órgãos repressivos, punição exemplar de todos os torturadores, seus mandantes e seus cúmplices. Para os revolucionários o caminho a seguir diante de tão cínica proposição só pode ser um: intensificar tanto ao nível legal quanto no da propaganda clandestina as denúncias dos crimes cometidos em nome da "segurança nacional", apontando sempre que possível seus autores e não deixando que caiam no esquecimento nossos companheiros mortos pelos esbirros da ditadura. Os exemplos contraditórios de Portugal - em que um governo dito "socialista" permitiu que fossem soltos os ex-agentes e mandantes da PIDE - e da Grécia - em que um governo burguês diante da vasta campanha de denúncias feita a nível nacional e internacional e da mobilização da população em torno da questão foi obrigado a punir com severidade todos os responsáveis pelas torturas - devem ser meditados por todos os revolucionários e democratas consequentes no Brasil.

Mas não é somente por causa do aprofundamento dos anseios populares por reais liberdades que os representantes das diversas facções da burguesia consideram que se tornam urgentes mudanças políticas que lhes permitam exercer diretamente o poder de Estado. As dificuldades econômicas atuais fazem com que a união sagrada da burguesia em torno da política econômica da ditadura tenha se rompido e que ela prefira agora tentar resolver seus problemas por mecanismos outros que a amizade de um ministro ou militar influente. Donde aliás a avalanche de denúncias de negociatas envolvendo empréstimos fabulosos de organismos públicos para indivíduos bem credenciados.

Trabalhismo e social-democracia

Outras iniciativas vêm completar este quadro. Prevendo o fim do bipartidarismo vem se realizando as mais diversas gestões e articulações para a formação de um Partido Socialista e para a reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro. Situação de certo modo "sui-generis" pois os dois partidos pretendem disputar as mesmas bases de apoio político e eleito - ral em vistas a uma abertura do regime. Não é tarefa fácil definir uma atitude diante destes projetos. Antes de mais nada porque ainda continuam no estágio de projetos. O PS só terá espaço para se transformar em força política concreta no momento em que puder exprimir se livremente e apresentar-se como uma "alternativa" como foi o caso do PS português que até 25 de abril de 74 não passava de um grupúsculo. Quanto ao PTB a pergunta até agora não respondida é saber o peso que representa no seio dos setores populares que deverão estar presentes na luta por uma democracia revolucionária em nosso país. Ora, uma política de frente se realiza com forças concretas e não com projetos. De resto, reina a maior indefinição quanto às suas posições na luta contra a ditadura pois só há referências ao período posterior à sua "reconversão" ou queda. E até lá...?

OS COMUNISTAS E A OPOSIÇÃO SINDICAL

fernando andrade

A independência sindical constitui o objetivo imediato e comum de todos os trabalhadores assalariados do Brasil. Para todos, a possibilidade de se organizar livremente na defesa de suas condições gerais de trabalho é uma questão absolutamente prioritária.

A independência sindical não é um fim em si. É o meio indispensável da luta econômica contra os patrões e o Estado. Com sindicatos manietados, atrelados ao aparelho estatal, submetidos à constante intervenção policial, os trabalhadores permanecem entregues ao arbítrio do Capital, tanto no referente aos salários, como à segurança e higiene do trabalho, e ao conjunto de suas condições de existência. Em sua grande massa, sofrem sombria escravidão assalariada.

Sem dúvida, o arrocho, entendido como redução constante e gradual do salário real friamente calculada e executada pelos técnicos econômicos a serviço da ditadura atingiu em 1974 um ponto de saturação a partir do qual qualquer nova escalada na exploração da mais-valia absoluta se tornou desaconselhável. Em todo caso, em 1974 e 1975, registrou-se ligeira melhoria do poder aquisitivo do salário mínimo, ainda que as falsificações estatísticas cometidas pelos mesmos técnicos - a começar dos dois últimos ministros da Fazenda, Delfim Neto e Simonsen - tornem extremamente duvidosa a avaliação efetiva da evolução recente dos níveis salariais no Brasil. Um debate realizado recentemente na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no qual esteve presente, entre outros o diretor-técnico do DIEESE, Walter Barelli, revelou que os dados oficiais sobre a alta do custo de vida para efeito de cálculo de reajustes salariais foram sistematicamente subestimados de 1971 ao primeiro trimestre de 1974. A Fundação Getúlio Vargas havia desavergonhadamente apresentado como índice da alta do custo de vida em 1973 a cifra de 13,71%, ao passo que o DIEESE apontara uma alta de 26,68%. O recente relatório do Banco Mundial, indicando cifra semelhante, desmascarou os esboços da FGV e do Ministério da Fazenda, e Simonsen, com a desfaçatez habitual, reconheceu, com quatro anos de atraso, que efetivamente em 73 o custo de vida subiu de 26,6%. Nem por isso deixou de sustentar que não tem sentido a reivindicação de reajuste salarial dos metalúrgicos e bancários paulistas, com base no diferencial do índice de inflação de 1973 "porque a nova fórmula de política salarial, inaugurada pela lei 6.147 de janeiro de 1975, superestimou a inflação de 1974 para compensar a subestimação de 1973" e "essa compensação foi automática". Num país menos corrompido politicamente confessar tais manipulações deveria dar cadeia.

Em 1976 e 1977, a despeito da incredulidade que não podem deixar de suscitar as cifras emanando de organismos oficiais ou para-oficiais, os reajustes salariais parecem ter sido pouco inferiores à alta do custo de vida. Isto é, registrou-se baixa dos salários reais, mas não a ponto de se configurar uma nova escalada do arrocho. O que tende a confirmar que o "nível histórico inferior" dos salários se estabilizou no período de 1974 a 1977 e que portanto objetivamente estão criadas as condições para uma ofensiva de massa dos trabalhadores no sentido da elevação efetiva de suas remunerações.

O fim da escalada da mais-valia absoluta coincidiu com a retomada da mobilização operária e com a aparição da "oposição sindical" agrupando correntes combativas de trabalhadores dos principais centros industriais do país em torno de uma tática -a organização pela base, isto é, a partir das fábricas- e de um objetivo central -a independência sindical. Em poucos anos a "oposição sindical" se afirmou como a principal experiência da luta econômica de classe do proletariado brasileiro sob a ditadura. Sobretudo na medida em que, contrariando a tradição verticalista e burocrática do movimento sindical brasileiro dos últimos quarenta anos, corresponde a uma iniciativa oriunda das próprias fileiras da classe operária. Mas através deste processo de afirmação no terreno da luta de classes, a "oposição sindical" tem se defrontado, como não poderia deixar de acontecer, com uma série complexa de problemas referentes tanto às formas e condições do desenvolvimento de sua ação, quanto à sua própria concepção do que seja o sindicalismo independente e portanto de suas relações com o movimento sindical como um todo e com a luta política. Uma primeira tentativa de análise de alguns destes problemas foi efetuada por nosso companheiro Hélio Cintra (Debate n.º 24). Trata-se aqui de levar adiante este esforço.

Independência sindical e "organização independente do proletariado"

Não há outro divisor de águas no interior do movimento sindical brasileiro: a favor ou contra o desatrelamento dos sindicatos da máquina estatal capitalista. Há no entanto graves confusões quanto à determinação exata deste objetivo central. Tanto no interior da "oposição sindical" (O.S.) quanto em correntes políticas que pretendem apoiar sua ação, o objetivo da independência sindical tem sido apresentado através da consigna "organização independente do proletariado". Nós mesmos, na Plataforma pela união dos comunistas dela nos servimos. Mas o aprofundamento da discussão sobre a política operária revolucionária e sobre as tendências que se manifestaram na O.S. (chamamos mais uma vez a atenção, neste sentido, para o artigo de Hélio Cintra) tem mostrado cada vez mais que longe de esclarecer os objetivos dos revolucionários e do conjunto dos militantes operários, ela tem representado um fator de confusão política e teórica.

Em geral, quando se pergunta: "independência do proletariado em relação a quem?", ocorre imediatamente a resposta: em relação à burguesia. Resposta simples, lapidar mesmo, que satisfaz os espíritos mais superficiais ou menos experientes. Mas de qual independência se trata? De independência sindical ou de independência política? Aqui as coisas se tornam menos claras.

A independência sindical é um objetivo democrático. Significa liberdade de organização econômica das massas trabalhadoras. Diz respeito às condições de trabalho, desde as condições da venda da força de trabalho (nível salarial) até as condições da reprodução da força de trabalho atual (transporte, moradia) e futura (creche, educação, saúde). Como tal, é um objetivo que pode perfeitamente ser atingido dentro dos limites do capitalismo.

A independência política é um objetivo também democrático, na medida em que significa liberdade para os operários se organizarem politicamente através de partidos políticos que defendam seus interesses históricos. Mas é uma liberdade sempre ameaçada enquanto existir o Estado capitalista, enquanto a burguesia for a classe dominante da sociedade. Dentro dos limites do capitalismo, os operários e todas as classes dominadas, só poderão

dispor, no melhor dos casos, de uma independência parcial. A força material, a começar da econômica, estará do lado da burguesia. Os aparelhos de Estado, tanto os de coerção (Forças Armadas, Polícia, Tribunais) quanto os de hegemonia (Universidade, Meios de Comunicação Social, Escola, etc.) continuarão funcionando no sentido de assegurar a reprodução da ordem burguesa. As idéias dominantes serão as idéias da classe dominante. E a máquina do Estado estará a seu serviço.

A independência sindical é uma condição histórica da independência política. Como pode uma classe social assegurar sua independência política, afirmar sua vocação de classe dirigente da sociedade, se não conseguiu ainda assegurar a defesa de seus interesses econômicos imediatos? Para os que chamam que a emancipação do proletariado virá de um punhado de iluminados que se arvoram em guardiães da quintessência da Revolução, o problema é de fácil solução: tudo se resolverá com a tomada do poder. E enquanto o poder não é tomado, o importante é insistir na necessidade de tomá-lo. A isso chamam "educação socialista" da classe operária.

Sem dúvida, seria um erro catastrófico considerar a luta pela independência sindical como uma etapa separada no tempo da luta pela independência política. Muitos companheiros, em seu afã de "ligar-se às massas", não refletiram suficientemente no fato de que a natureza desta ligação depende do nível de consciência e de mobilização dos setores da massa a que se dirigem e das tarefas que se propõem realizar. Erram muitas vezes por precipitação excessiva (ao pretenderem "ampliar" politicamente operários que estão apenas despertando para a luta econômica) ou por "prudência" excessiva (ao reduzirem seu trabalho à agitação econômica, por mais "radical" que seja).

A luta política exige um ponto de vista superior ao da luta econômica. Ela é por essência um ponto de vista sobre a sociedade em seu conjunto e não pode ser limitada aos interesses imediatos e específicos de cada categoria social. Foi uma das grandes, senão das maiores contribuições de Lênin à teoria revolucionária de nossa época - o comunismo - ter constantemente insistido - a partir de seu famoso Que Fazer? , livro que todos os comunistas deveriam conhecer "de trás pra diante" - na distinção radical entre a luta econômica e a luta política. Seu gosto pelas fórmulas lapidares (que não devem ser interpretadas dogmaticamente e "ao pé da letra" sob pena de aprisionar numa camisa de força um pensamento sempre dialético, sempre atento "a todos os lados da questão", "a todos os aspectos do processo") se traduz, aqui, por duas teses cuja verdade se manifesta hoje cristalinamente nos problemas com que se defrontam os militantes operários confrontados à dupla tarefa de criar um sindicalismo independente de massa e de fazer avançar o combate político do proletariado. A primeira é a de que espontaneamente a consciência operária é trade-unionista, sindicalista. A segunda de que o socialismo entra de fora para dentro no movimento operário. Donde sua crítica tenaz do culto da espontaneidade das massas, isto é, daquilo que em nossa linguagem atual chamamos de "massismo" e de "obreirismo".

São várias as formas com que o massismo obreirista tem se manifestado na esquerda brasileira. Uma delas é a concepção trotskysta expressa na idéia de que, nas condições do arrocho salarial, a luta econômica adquire imediatamente um caráter político. Ao fazer uma greve, um operário estaria já fazendo política. Segundo este brilhante raciocínio, o operário mais politizado do mundo seria o dos Estados Unidos. Ou o da Suécia. Ou o da Ale-

manha. Isto é, seria o do país onde a classe operária mostrou maior capacidade reivindicativa. Evidentemente, não tiram abertamente esta conclusão, mas ela está implícita na lógica de seu raciocínio. (Estamos aqui nos referindo ao trotskismo brasileiro e particularmente àquele marcado pela influência da POLOP).

O economicismo obreirista (= a luta na fábrica contra o arrocho assume caráter político) leva diretamente ao esquerdismo programático (ao "programa socialista"). Com efeito, já que, segundo o trotsko-polopismo, a luta econômica seria imediatamente política, não haveria necessidade de um programa político imediato (que só pode ser a luta contra a ditadura, a luta pela democracia). No imediato, a linha operária "revolucionária" consistiria em "radicalizar" a luta reivindicatória, isto é, em pedir 110% quando a maioria está pedindo 45%, sabendo perfeitamente que este percentual é inteiramente irrealista na situação atual. É que no fundo o obreirismo esquerdista está desinteressado das condições reais de atuação e mesmo de existência das massas trabalhadoras. Pouco importa que estas não consigam hoje uma melhoria salarial ainda que pequena. Os "revolucionários" que rem é provar que "falam grosso", que o negócio é 110% e não 45%. Porque de resto é o socialismo que vai resolver estes e outros problemas.

Esta pseudo-"politização" da luta econômica, além de confundir os espíritos (dizer que confunde as massas seria atribuir ao trotsko-polopismo uma influência que ele não tem) leva na prática ao imobilismo. A idéia de que a batalha contra o atrelamento dos sindicatos ao Estado capitalista é ilusória enquanto existir o capitalismo (sustentada mais ou menos abertamente, com maior ou menor coerência pelos grupos que compõem esta corrente), leva à interpretação esquerdista da palavra de ordem "organização independente do proletariado", baseada na confusão entre independência sindical e independência política, que relega ao socialismo a solução do problema.

Luta econômica e luta política

Criticando uma recente proposta de programa para a O.S., os companheiros de Conjuntura Brasileira (nº17, pp.4-6) lamentam que, "por mais combativo que possa ser este programa...ele não orienta as lutas da classe operária no sentido de que ela possa desempenhar o papel político dirigente que lhe cabe na luta contra a ditadura militar". Falta à classe operária, acrescentam, "um programa que clarifique seus objetivos políticos gerais e que generalize e oriente todas as suas lutas". No entanto, o incriminado projeto de programa inclui, entre suas cinco reivindicações principais, a "liberdade sindical e de organização". O que mais chama negativamente a atenção dos companheiros de Conjuntura Brasileira é a insistência, presente neste e noutros documentos emanados de militantes da O.S. em conclamar os operários a lutar por seus "interesses próprios". São munida "desde agora de um programa que defina seus objetivos políticos gerais" (e que portanto não pode ficar confinado aos "interesses próprios dos operários) a classe proletária poderá assegurar "sua organização independente de massa" salientam ainda estes companheiros.

Esta crítica tem razão de ser. Mas formulada como está, é um tiro que sai pela culatra. Podemos criticar a O.S. por desinteressar-se pela luta contra a ditadura. Podemos e devemos. Deixemos ao esquerdismo "proletário" o monopólio da bajulação dos operários. Mas em absoluto não podemos criticar os sindicalistas consequentes que consideram que sua preocupação principal deve ser a luta pela independência sindical. O que lhes cabe lembrar é que enquanto houver ditadura, não haverá liberdade para

os sindicatos e que, por conseguinte, lutar por sindicatos livres sem lutar pela liberdade política em geral é uma tarefa ilusória.

Estamos portanto de acordo com os companheiros de Conjuntura em condenar firmemente o apoliticismo sindical, a indiferença dos sindicatos à luta política. Aliás, no editorial de Debate-26 (p.7) referimo-nos claramente a este problema. Só não estamos de acordo com a confusão entre luta econômica e luta política. Os companheiros de Conjuntura, como vimos, levam esta confusão ao ponto de atribuir à O.S. o dever de definir os "objetivos políticos gerais" do proletariado de maneira a assegurar "sua organização independente de massa". Não se contentam, como nós, em exigir da O.S. uma definição política. Criticam-na (ib.,p.5) por não levar "a classe operária a ampliar a consciência de seu papel político e social na transformação revolucionária da sociedade". Mas esta, parece-nos, é a função do partido comunista e não do sindicato. Os companheiros, em teoria, não ignoram esta diferença, já que se referem (ib.,p.6) à necessidade de um "Partido Revolucionário do Proletariado" (embora não se refiram -porque?- ao comunismo). Mas ao exigir da O.S. que cumpra as funções deste partido -cuja inexistência lamentam- recaem na confusão a que aludimos.

Esta confusão -generalizada na nova esquerda- tem razões políticas. É fruto do "espírito de círculo" que reina em nosso movimento revolucionário. Desesperando de unificar politicamente os círculos revolucionários hoje diluídos -ainda- e portanto longe ainda de se constituir em partido, muitos companheiros depositam em iniciativas como a da O.S. -cuja importância nunca deixamos de salientar- uma expectativa de tipo compensatório, como se por um passe de mágica a mobilização sindical pudesse se converter em organização partidária.

Triste seria o papel dos comunistas -e dos "revolucionários" de diversos matizes ("de modo vário" como dizem os companheiros portugueses)- se, não contentes de oferecer aos operários o espetáculo de sua própria desunião, ainda tentassem fazer da O.S., ou de qualquer iniciativa sindical similar o trampolim para dar o "salto de qualidade" numa "construção partidária" que tem sido indefinidamente adiada pelo sectarismo dos círculos em que hoje se divide e se dispersa nosso movimento revolucionário.

O obreirismo de direita

Têm razão os companheiros de Conjuntura, no entanto, de se inquietar com as repetidas declarações de militantes da O.S. no sentido de que os operários devem lutar por seus "interesses próprios". Isto é, devem lutar pela independência sindical sem "interferência das organizações", este sendo um objetivo suficiente na etapa atual. Estamos frente a um direitismo obreirista, muitas vezes eivado de preconceitos anti-intelectuais e mesmo anti-comunistas (ficamos estarecidos de ouvir, numa reunião pública no exterior, um porta-voz da O.S. atacar mais o PCB do que a própria ditadura sendo que o tema de sua intervenção era informar sobre as atividades da O.S. no Brasil). Mas infelizmente, a desunião do movimento revolucionário e a indefinição do PCB em relação à O.S. favorecem estes excessos. Em vez de criticar militantes operários muitas vezes sem experiência e sem conhecimento da teoria marxista-leninista, mais vale que nos auto-critiquemos pelo não cumprimento das tarefas históricas que nos propusemos enquanto revolucionários e comunistas. Espontaneamente, os operários são "trade-unionistas", e só um forte movimento comunista pode abrir-lhes a perspectiva concreta (e não utópica) de uma nova sociedade.

Outra manifestação frequente do obreirismo de direita é a idéia de que o "partido proletário" será construído "paralelamente" à O.S. Confusão anti-leninista entre luta econômica e luta política, sectarismo em relação às grandes massas semi-proletarizadas da cidade e do campo, concepção espontaneísta do partido que se elaboraria por osmose sindical sem teoria nem organização própria, tudo se mistura nesta salada um pouco anarquista e muito social-democrata. Ainda uma vez é a fraqueza dos comunistas que cria o clima propício a estes contrabandos ideológicos.

Os comunistas e a luta sindical

Nas condições sociais de existência (tanto materiais quanto espirituais) que o Capital reserva para as grandes massas, e, sobretudo, que os monopólios de um país capitalista atrasado como o Brasil reservam às massas super-exploradas e ainda mais especialmente quando o Grande Capital governa através de uma ditadura militar terrorista, o "simples" fato de que os trabalhadores consigam organizar-se e mobilizar-se para lutar contra os salários de miséria e a vida sem horizontes que lhes é imposta constitui um passo extremamente importante na vida social e política.

Com efeito, qualquer avanço no terreno da luta econômica terá imediatas consequências políticas, já que afetará a política econômica de concentração acelerada e de sobre-lucro monopolista. Isto não quer dizer, evidentemente (salvo no confucionismo obreirista de "esquerda" ou de direita) que a luta econômica como tal assume um caráter político. Não é porque a chuva favorece o crescimento dos vegetais que afirmaremos que ela assume caráter agrônomo. Uma vitória econômica do proletariado melhora as suas condições econômicas de existência e dificulta a acumulação capitalista (para aqueles setores da burguesia industrial que não produzem mercadorias destinadas ao consumo de massa). Mas do ponto de vista da consciência operária, de sua influência nos destinos do país, de sua capacidade para se erigir em classe dirigente da sociedade, o aumento da capacidade reivindicativa não trará por si só nenhum progresso.

Devem por isso os comunistas desinteressar-se da ação sindical? Seria o erro oposto, tão catastrófico quanto o outro. Não se pode esperar que parcelas consideráveis da classe operária se interessem pela ação política se não tiverem adquirido, na defesa de suas condições materiais imediatas de existência, a convicção de que vale a pena organizar-se e lutar. Os sindicatos são, nesse sentido, uma escola de socialismo. Melhor, podem vir a sê-lo.

Há muitas maneiras de definir a função histórica dos comunistas no movimento operário. Desde a obsessão psicanalítica de "penetrar" na classe operária (sonho diurno dos trotskystas e polopkystas vários) até a reivindicação de representante exclusivo por decreto anti-diluviano (os PC oficiais) elas giram todas em torno da noção de "partido de vanguarda" da classe que por sua posição na produção e na vida social constitui a principal força da luta pelo socialismo.

Estar na vanguarda significa dirigir não no sentido de dar ordens ou baixar diretrizes, mas orientar e dar o exemplo do combate nos postos mais avançados. Para tanto, é imprescindível que os comunistas ajudem os operários a ocupar-se de política. A função do comunista não é ser mais sindicalista que os sindicalistas. Não é defender posições reivindicativas "mais duras" que a dos demais militantes operários. É criar condições para que os operários intervenham ativamente nas lutas que de-

cidem do destino da sociedade, para que não fiquem limitados àquelas que dizem respeito exclusivamente às condições de trabalho.

Mas a luta política não é apenas nem principalmente uma luta de idéias. É choque de forças sociais com interesses antagônicos. Portanto, o fortalecimento do movimento operário como um todo exige tanto o desenvolvimento da luta econômica quanto o da luta política. Sem separá-las nem confundil-as. Porque de um lado, elas têm dinâmica própria, exigem formas distintas de mobilização e organização. A luta econômica concerne todos os operários, sem distinção ideológica nem política. A luta política exige uma definição ideológica e uma consciência social que, num primeiro tempo, só estão ao alcance de uma minoria de vanguarda dentro da classe operária. Por isso mesmo a luta econômica, ainda que sob formas elementares e fragmentadas, é um processo constante e contínuo. Depende muito menos que a luta política de fatores subjetivos como o grau de consciência e de organização da classe operária. E pode, muito mais facilmente, aglutinar unitariamente grandes massas de trabalhadores. Se bem encaminhada, e conduzindo a sucessos parciais, pode dar ao proletariado a consciência de sua força no movimento histórico e criar assim condições melhores para a ação política.

A participação dos comunistas na luta sindical é pois uma condição de sua união política com os operários de vanguarda. Para tanto, é indispensável que dela participem com orientações claras, que favoreçam o avanço do movimento sindical e não com preocupações estreitamente doutrinárias, quando não de recrutamento a curto prazo, que só servirão para cristalizar a desconfiança de muitos militantes operários nas "organizações".

Três princípios

O processo de discussão no interior da O.S. revelou claramente as dificuldades com que se defronta no sentido de definir seus objetivos. No entanto três pontos têm aparecido como fazendo parte de um consenso mínimo. O trabalho sindical a partir da base, isto é, das fábricas e locais de trabalho em geral, a unidade dos trabalhadores e a independência organizativa.

O primeiro ponto é uma lição da história do movimento operário brasileiro. Tivemos oportunidade de tratá-lo longamente em artigo publicado em Debate 20, ao qual remetemos os leitores. A organização sindical pela base, dentro da fábrica, foi sempre o calcanhar de Aquiles do sindicalismo brasileiro. Mesmo as greves eram em geral, no tempo da República Liberal, organizadas de fora para dentro das fábricas, dependiam da ação de piquetes formados na sede do Sindicato e muitas vezes desprovidos de participação de trabalhadores da fábrica que se pretendia parar. Partindo da mobilização nas fábricas, a O.S. escolheu o caminho correto.

O segundo ponto deixa mais a desejar no que se refere ao que até agora tem aparecido como posição da O.S. A oposição sindical se opõe à situação sindical. Dela devem fazer parte todos os sindicalistas que não estão de acordo com a atual situação sindical, isto é, com o peleguismo e o atrelamento dos sindicatos ao Estado capitalista, inclusive através da repressão policial. Os ataques ao PCB no terreno sindical, por parte de porta-vozes da O.S., as veleidades de "formar paralelamente o sindicato independente e o partido proletário", o "radicalismo" reivindicativo do "110%", o sectarismo em relação a dirigentes sindicais saídos do pele -

guismo mas dispostos a seguir posições mais combativas, o esquerdismo táctico manifesto nas longas diatribes do documento Contribuição para a discussão do programa da Oposição Sindical contra o "legalismo", revelam grande falta de clareza quanto aos objetivos e métodos de uma luta económica consequente. A O.S. tem de se tornar uma organização larga de massas, sem o que não sacudirá, nem de baixo para cima nem de cima para baixo uma estrutura sindical consolidada em quase meio século de colaboração de classe. Sua força virá do fato de por em movimento milhões e milhões de trabalhadores, e não de um rigor doutrinário, que tanto quanto o populismo, já deu provas de sua ineficácia. Quem quer fundar partidos "em cima" da ação sindical fará um mau sindicalismo e um mau partido. A O.S. deve caminhar para a frente unida operária e deve buscar unir todas as correntes sindicalistas de massa, de maneira a isolar não a si própria, mas aos pelegos e outros agentes da ditadura e do Capital nos sindicatos. Com estes, tem de ser implacável, mas para varrê-los da cena, tem de ter atrás de si os mais largos setores da classe operária e do conjunto dos trabalhadores assalariados da cidade e do campo.

O terceiro ponto é o mais preocupante. E o documento Contribuição... aumentou estas preocupações. Tanta intransigência em questões táticas (crítica obsessiva ao "legalismo" - como se fosse possível uma ação sindical das grandes massas na clandestinidade, como se a ação pela base não se devesse completar pela ação na cúpula -, apelo ambíguo à "democracia operária", como se esta fosse possível antes do socialismo, etc.) e nenhuma referência à luta contra a ditadura militar! O desvio táctico esquerdista se completa pelo desvio direitista na política. Urge romper com esta situação. Repitamos mais uma vez: a condição política do desatrelamento dos sindicatos do Estado capitalista é a democracia. Por isso a O.S. deve se afirmar claramente como integrante da frente antiditatorial. E é por omiti-lo que se enreda em falsos problemas.

Outra manifestação negativa neste mesmo sentido é o fato da O.S. ter sido reiteradamente apresentada na França, primeiro em documentos emanados da central cristã de esquerda CFDT e mais recentemente no livro Multinationales et travailleurs au Brésil de autoria do "Collectif Paulo Freire" como oposição operária ("opposition ouvrière") em vez de oposição sindical ("opposition syndicale"). Que significa a utilização sistemática da expressão "oposição operária"? Entendemos - ou entendíamos até agora - "oposição sindical" como luta contra uma situação sindical dominada pelo peleguismo e caracterizada pelo atrelamento dos sindicatos ao Estado capitalista. Mas pelo que sabemos não existe no Brasil uma situação operária contra a qual seja necessária uma oposição operária. O termo O.S. é justo. Porque "corrigi-lo"? Para excluir os trabalhadores assalariados não-operários (bancários, comerciários, etc.) da O.S.? Ou para dar a entender que a única oposição verdadeira ao regime político existente no país é a dos operários? São perguntas que ficam para os autores desta novidade. Qualquer que seja a resposta - se resposta houver - estamos convencidos de que atitudes deste tipo só servem para obscurecer o sentido da luta dos militantes sindicais pela independência orgânica e pela luta de classes consequente contra o Capital e o Terror Militar.

A ação dos comunistas no terreno da luta económica deve se inspirar da mobilização pela base, a partir das fábricas e locais de trabalho. Deve perseguir incansavelmente a independência sindical e para tanto promover a frente unida operária e a unidade de ação dos operários com todas as camadas assalariadas e mais amplamente com todos os trabalhadores da cidade e do campo. A liberdade, para todos, passa pela derrubada da ditadura.

CUSTO DE VIDA

a. silva

A redução dos salários foi a primeira meta econômica do regime militar oriundo da vitória da reação burguesa e latifundiária de 1964. Para isso instalou o terror nos sindicatos intervindo em 425 deles e em 43 federações, afastando seus dirigentes, prendendo muitos e mesmo matando alguns. A greve passou a ser um crime e os reajustes salariais em intervalos menores de um ano foram proibidos. Em 1965 foi adotada uma política salarial para todo o país de acordo com a qual as decisões sobre reajustes salariais passaram da Justiça do Trabalho ao governo federal. Foi decretada uma fórmula matemática para os reajustes com o objetivo de conter os salários reais e assim aumentar os lucros, estimulando a acumulação e atraindo capitais estrangeiros. Nas palavras de Roberto Campos, em 2 de abril de 1965: "O processo costumeiro de revisão salarial, em proporção superior ou igual ao aumento do custo de vida, é incompatível com o objetivo de desinflação com desenvolvimento".

O arrocho foi justificado pela necessidade de combater a inflação que atingira 90% no ano anterior ao golpe. A burguesia brasileira dispunha de uma experiência curta mas significativa para conter a inflação. Durante o governo Dutra, com a intervenção nos sindicatos e a caça aos comunistas, ela havia conseguido impor em 1947 um descenso dos movimentos reivindicatórios e o congelamento dos salários. Todas as tentativas posteriores, de Gudin a Carvalho Pinto, fracassaram. Combater a inflação sem atingir demais os lucros e rendas fundiárias significava antes de mais nada arrochar os salários. Nas circunstâncias de 63/64 a burguesia não podia fazê-lo sem por fim às liberdades públicas através de um regime de terror policial-militar.

Mas não era suficiente para garantir uma retomada posterior da economia. Assim a política anti-inflacionária recorreu paralelamente à contenção do deficit orçamentário e a uma drástica redução dos créditos. O consequente grande número de falências e fusões que ocorreram sobretudo entre 1965 e 1967 tornou mais intensa a tendência (que se manifestava há várias décadas, e particularmente desde o governo Juscelino) à concentração e centralização do capital, isto é, à monopolização.

Em todos os países os monopólios impõem enormes sacrifícios aos trabalhadores para se apoderarem de uma maior fração do sobreproduto social, e, num país como o Brasil, é preciso acrescentar o pesado tributo que a economia nacional como um todo paga aos grupos monopolistas dos países capitalistas dominantes. O que exige taxas de acumulação monopolistas ainda mais elevadas. É a principal missão da ditadura militar. Mas um rápido crescimento monopolista da economia é uma causa suplementar de inflação (1). Até certo ponto ela lhes é benéfica pois contribui para redistribuir renda em seu favor. Mas quando ultrapassa certos limites dificultando a própria reprodução do capital, torna-se necessário um reforço da política anti-inflacionária.

(1) Cf, DEBATE-19, agosto de 1975, Marta Alves, "A Esquerda Brasileira e a Economia Política Burguesa, pag.s 34-40

Em 1973 esse dilema chegou a tal ponto que os funcionários da Ditadura foram levados a falsificar os índices de aumento dos preços. Para manter a sua credibilidade junto ao FMI, ao Banco Mundial, etc, o governo fixara a meta de 12% de inflação justamente no período em que a exportação de carne e soja, por exemplo, garantia enormes super-lucros às Sambras e aos Swifts agudizando o aumento de preços no mercado interno devido à escassez de gêneros de primeira necessidade como o leite e o feijão. (1) E foi somente graças ao terror que o governo pôde esconder essa grosseira manobra reconhecida hoje pela própria Fundação Getúlio Vargas: os seus tecnocratas foram obrigados a tomar como base de cálculo os preços do tabelamento. Assim o Índice em dezembro de 1973 registra a carne de primeira ao preço de Cr\$ 6,60 quando no mercado ela era adquirida a 14 cruzeiros. Apenas 112% a mais! As correções admitidas hoje pela FGV, pela FIPE, pelo Banco Mundial e pelo Relatório Simonsen mostram antes de mais nada que o DIEESE é que tinha razão, isto é, que o índice de aumento do custo de vida foi em 1973 26,7% e não 13,7% como foi anunciado pelo governo na época. E ainda é preciso frisar que mesmo quando não sofrem essas distorções deliberadas, os critérios de cálculo dos índices de preços são altamente contestáveis (2). A amplitude e representatividade da amostra de "bens e serviços" cujos preços se procura acompanhar já são bastante aleatórias. E ainda por cima todo ano inventam novas modas. Em 1975, depois da grande geada que devastou os cafezais do Paraná, o governo introduziu o conceito de "alta accidental" dos preços, que não deve mais ser computada. Como se mudasse alguma coisa para o bolso do consumidor se a causa do aumento do preço é ou não um acidente climático. Este ano acrescentaram o conceito de "efeito de substituição na cesta de produtos do consumidor", pelo qual, quando o preço de um gênero alimentício sobe muito, ele não deve mais ser incluído no cálculo dos índices, porque se parte do pressuposto de que o consumidor deixa de comprá-lo.

Custo de Vida

Comparando-se o índice de aumento de preços mais fiável, o do DIEESE, à evolução do salário mínimo conclui-se que entre 63 e 77 houve uma de gradação do poder de compra dos trabalhadores de baixo salário de 56%! Isto é, para que o trabalhador mantivesse o nível de consumo do período anterior ao golpe, o salário mínimo teria que atingir hoje, Cr\$2.542 ao invés de Cr\$ 1.106. Utilizando-se apenas essa avaliação monetária comparativa entre os preços e o salário direto dir-se-ia que viver em 1977 custa, ao trabalhador de baixo salário, duas vezes mais do que em 1963. O que seria um redondo engano aritmético. Considerando todos os efeitos da política econômica e social da ditadura sobre as condições de vida e de trabalho dos assalariados ficará evidente que o aumento foi exponencial.

Para compensar essa perda do poder aquisitivo a família trabalhadora foi levada a colocar mais gente para trabalhar para o seu sustento. Em média dobrou o número de pessoas que trabalham por família assalariada

(1) Cf. DEBATE nºs 14,15 e 16 artigos sobre o leite, a carne e a soja

(2) Uma pesquisa de "O Estado de São Paulo" publicada em 17/1/73 mostrou que os índices de custo de vida de todas as capitais são feitos a partir de levantamentos sem nenhum valor estatístico.

Verificou-se também um aumento nas horas de trabalho das pessoas ocupadas. Em 1972, na Grande São Paulo, a proporção dos que trabalhavam mais de 50 horas por semana era de 20,38% para os que ganhavam até um salário mínimo, e de 26,54% para os que ganhavam entre 1 e 2 salários mínimos. Ou seja, a possibilidade de aumentar o salário passou a ser diretamente determinada pela extensão da jornada de trabalho.(1)

Para garantir sua subsistência, a família trabalhadora teve que recorrer cada vez mais às horas extras, ao trabalho feminino, ao trabalho infantil. Esses expedientes permitiram em muitos casos reequilibrar o orçamento doméstico mas tornaram ainda mais difícil a sobrevivência da família trabalhadora, levando mesmo à redução da reprodução física da força de trabalho. O aumento da mortalidade infantil é o indicador mais eloquente: na Grande São Paulo ela aumentou de 45% entre 1960 e 1973 enquanto que antes ela diminuía à taxa de 30% por década.(2) Suas causas médicas mais frequentes são as doenças infecciosas que estão diretamente relacionadas à subnutrição e à todas as carências do saneamento ambiental. Com o arrocho, a família trabalhadora se alimenta mal, se veste mal, mora mal, não vai ao médico, etc. Mas ao mesmo tempo, e apesar de pagar impostos, não dispõe de bens de uso coletivo tais como o calçamento de ruas, recolhimento de lixo, redes de água e esgotos, eletricidade transportes coletivos, divertimentos públicos, atividades culturais, etc. E tudo isso faz parte do custo de viver. Como foi dito na la Assembleia do Custo de Vida: "Viver não é apenas consumir gêneros de primeira necessidade." Na região Metropolitana de São Paulo, só 30% dos domicílios são servidos pela rede de esgotos e 53% pela de água; quinhentos mil habitantes moram em residências desprovidas de iluminação elétrica. 75% das habitações da periferia lançam esgotos em simples fossas negras quando não à céu aberto.(3)

Em fins de 1975 existiam cerca de 590 mil habitantes da Grande São Paulo alojados em barracos. Na Capital a população favelada era de 130 mil pessoas o que representava 80% a mais que o cadastramento anterior realizado em 1973 pela Prefeitura.(4)

Além dos salários de miséria (54% dos empregados que vivem na Grande São Paulo ganham menos de dois salários mínimos) é também imensa a deterioração de todos os equipamentos de uso coletivo. E sua utilização custa cada vez mais. Em 1958, a família assalariada usava 2,9 % de sua renda para os transportes; em 1970 já gastava 11,5 %. (DIEESE) Mas é evidentemente na alimentação que as consequências são mais drásticas: a maior parte dos assalariados consagra metade de sua renda à alimentação. E assim mesmo, 52 % da população da capital e 73 % da dos demais municípios da Grande São Paulo são subnutridos.

(1) DIEESE, "Família assalariada: padrão e custo", Estudos Sócio-Econômicos (2) janeiro 1974, p.25

(2) Secretaria dos Negócios Metropolitanos, Região Metropolitana de S. Paulo: "Diagnóstico-75", Condições Urbanas-Saude.

(3) PNAD 71/72

(4) São Paulo-75, Crescimento e Pobreza, Ed. Loyola, SP,1975, p.37

Mobilização

A luta por melhores condições de existência tem necessariamente que ser travada tanto nos locais de trabalho (salários, segurança, salubridade, etc.) quanto nos locais de moradia (transportes, esgotos, atividades culturais, etc.) E na medida em que a maior parte dos sindicatos dificulta o desenvolvimento das lutas reivindicativas torna-se cada vez mais frequente que as mobilizações nos bairros adquiram um papel determinante na luta das famílias trabalhadoras pelos seus direitos os mais elementares. A realização em 1976 da primeira Assembléia do Custo de Vida na região Sul reunindo 5.000 pessoas mostrou o potencial de luta existente e a necessidade absoluta de unificar as inúmeras iniciativas organizadas nos bairros operários através das comissões arquidiocesanas de alguns diretórios do MDB e sobretudo dos Clubes de Mães.

A próxima Assembléia, que desta vez não se limita à Região Sul, mas abrange a maior parte da Grande São Paulo (salvo ABC e Guarulhos) contará também com a participação de muitos sindicatos, da FNT, dos DCEs da USP e da PUC, dos centros de estudo (Cebrap e Cedec), da imprensa democrática e talvez mesmo de algumas oposições sindicais como a dos metalúrgicos, a dos gráficos, a dos professores e a dos advogados.

Os inúmeros obstáculos a serem vencidos para que se realize esta segunda Assembléia revelam, no entanto, a fragilidade organizatória e política dos vários setores do movimento popular. Não se poderia esperar o contrário visto que, ao inverso do movimento estudantil por exemplo, existe pouquíssima tradição de um movimento desse tipo. Se é verdade que as Sociedades de Amigos de Bairro tiveram um crescimento notável na década de 50, essa experiência foi muito mais ligada à dinâmica eleitoral que propriamente ao encaminhamento de lutas por melhores condições de habitação, transportes, etc. De resto, algumas poucas lutas bem sucedidas limitavam-se ao próprio bairro (por exemplo a campanha pela autonomia de Osasco) não tendo nunca sequer despontado uma coordenação regional.

A Assembléia do Custo de Vida é portanto uma experiência radicalmente diferente. E por ser pioneira, é natural que haja um certo emperramento: serão necessários meses de discussão para se tirar um acordo sobre o texto do abaixo-assinado de denúncia da alta do custo de vida.

Mas se a dificuldade de organização e unidade do movimento é compreensível dada a sua pequena experiência, o mesmo não pode ser dito a respeito de certas tendências políticas muito antigas que continuam a prejudicar a organização dos trabalhadores. Trata-se evidentemente do economicismo. Há grupos políticos que se dizem marxistas e toda uma corrente do cristianismo social que querem lutar contra o arrocho e contra o aumento de preços sem lutar abertamente pela democracia. Como se fosse possível acabar com o arrocho sem acabar com o terror, sem conquistar as liberdades democráticas. A questão das liberdades está indissolivelmente vinculada à questão das necessidades. Para conseguirmos melhores condições de vida precisamos lutar pela liberdade de organização. E esta será um sonho enquanto durar a mordada imposta pela Ditadura Militar Terrorista.

MR8 : EQUIVOCOS DE UM CONGRESSO

m. de castro, t. guimarães, f. pereira

A apropriação teórica do marxismo e do leninismo, enquanto instrumentos de transformação revolucionária, é uma das principais tarefas que competem aos comunistas brasileiros. A seriedade de sua consecução está estreitamente vinculada tanto com o esforço para ligar-se à luta de massas quanto com a luta pela reunificação dos marxistas-leninistas. A ausência de uma unidade de pensamento é uma das causas da fragmentação atual do movimento comunista: por isso, toda iniciativa tomada no sentido da elaboração de um programa marxista da revolução brasileira e de uma linha de ação para os comunistas e revolucionários representa um passo importante tanto para o aprofundamento destas questões quanto para as relações entre os grupos e organizações que se dispõem a lutar pela transformação de nossa sociedade.

Nossa intenção, ao tomarmos o documento de Resoluções Políticas do Primeiro Congresso do MR8 (RP MR8) como objeto deste artigo, é bastante precisa: não se trata aqui de fazer uma apreciação do conjunto do documento, mas tão somente tecer elementos de crítica sobre alguns pontos que consideramos particularmente importantes. A escolha destes pontos foi por si só uma difícil tarefa, pois o documento é bastante extenso e ambicioso. São abordados problemas que vão desde "as lutas de classe no mundo" à "crise do movimento comunista internacional", "a revolução brasileira e a revolução latino-americana", passando pela concepção do comunismo, sobre a insurreição e a linha militar da revolução brasileira, até questões mais concretas como por exemplo ao propor "o salário família pago em dobro" (por que não o triplo?), ou ainda ao tratar da questão habitação, transportes ...

Transformação capitalista

Esta questão está tratada no documento em seu segundo capítulo. Vejamos em primeiro lugar qual a concepção que orientou os companheiros na elaboração da análise da transformação burguesa da sociedade brasileira. Para isto podemos, para começar, tomar como referência o método de exposição utilizado, que é bastante expressivo quanto à maneira pela qual os companheiros pretendem fazer uma análise da transformação capitalista da sociedade e do desenvolvimento capitalista no Brasil. A separação que se evidencia na distinção de quatro itens (1) desvincula a análise das contradições do capitalismo tanto da análise da sua "expansão", quanto da análise das classes sociais que estruturam a sociedade brasileira. Ora: esta separação no método de exposição não é seguramente fortuita, mas expressa o procedimento metodológico que isola, mecanicamente, a análise de processos que estão indissolivelmente ligados.

O materialismo histórico analisa e define duas realidades que são indissociáveis: o processo de exploração capitalista (com suas característi -

(1) "As origens do capitalismo no Brasil"; "As contradições no desenvolvimento do capitalismo"; "A expansão do capitalismo e as classes sociais"; "A ditadura militar e as novas condições de luta de classes" -pp. 22, 25, 29, 34.

cas específicas dentro do quadro de uma sociedade concreta) e o processo de luta de classes. É a partir desta integração dialética que vai se compreender a história de uma sociedade, e dela extrair suas principais determinações. Ou, em outras palavras: não se pode estudar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil fazendo-se abstração da história da constituição política do proletariado e das classes trabalhadoras, e da história da luta política da burguesia pela hegemonia no Estado e na sociedade.

Quais as implicações deste método na caracterização da transformação capitalista no Brasil? O documento assinala, corretamente, pontos que constituem algumas de suas características básicas, como por exemplo o compromisso que possibilitou a partilha do poder entre a oligarquia agrária e a burguesia industrial na década de trinta, a partir de quando esta última vai se afirmando progressivamente como força hegemônica. Assim como a permanência da estrutura agrária do período pré-capitalista, e também o papel relevante do Estado no desenvolvimento inicial da indústria. Mas não atentam para a questão de que é sobretudo no fato de que a classe operária e os trabalhadores em geral não dispunham de organizações sindicais independentes e no grau restrito de liberdades políticas que caracterizam a história do país, que se manifesta o caráter não democrático e não revolucionário da transformação burguesa da sociedade brasileira. Caráter este que os companheiros mencionam quando se referem à questão agrária. (1).

O problema não se restringe somente ao fato dos companheiros não darem o devido peso - para nós decisivo - às questões referentes ao sindicalismo e às liberdades políticas no que concerne a análise das transformações burguesas. A subordinação orgânica dos sindicatos ao aparelho de Estado, desde sua criação, é um elemento chave para a compreensão da história das lutas do proletariado brasileiro e de sua situação atual. O conhecimento das condições políticas de luta do proletariado e das classes trabalhadoras, passa inevitavelmente pela análise histórica das lutas pela conquista dos direitos e liberdades democráticas. Mas é em vão que folhearemos toda a parte analítica do documento, pois nada é mencionado sobre estes problemas. Se dependêssemos unicamente das RP MR8 ficaríamos sem ter a mais pálida idéia, por exemplo, se o desenvolvimento capitalista no Brasil se deu sob condições que permitiram a nosso povo contar com um forte aparelho sindical, com partidos políticos profundamente enraizados nas massas populares ou não...

Detenhamo-nos um pouco neste ponto. Quando frisamos que estes problemas são para nós decisivos, é porque será a partir deles que poderemos avaliar o verdadeiro significado da transformação burguesa no Brasil. É compreendendo-o que podemos determinar as condições da revolução socialista em nosso país. Em particular a questão do sindicalismo e a das liberdades políticas, historicamente não resolvidas, remetem à aparente contradição entre a existência das condições objetivas (grau de desenvolvimento do capitalismo) e a inexistência das condições subjetivas (grau de consciência e organização do proletariado e das massas trabalhadoras) para o so-

(1) "Esta variedade na estrutura agrária, proveniente da inexistência de uma ruptura revolucionária com a antiga sociedade agrária-exportadora e da concentração de capitais na indústria, é típica do caminho capitalista brasileiro, que dela se beneficia" (página 27).

cialismo.

É entendendo a especificidade de nossa história que poderemos discernir quais as condições do socialismo no Brasil. Entendemos que a solução materialista e dialética, para a contradição entre a existência da condição objetiva e a inexistência da condição subjetiva para o socialismo no Brasil, é a realização do programa da democracia revolucionária abrindo caminho para o socialismo.

Contradições

A partir do que dissemos anteriormente seria inevitável que o item que trata de definir as principais contradições do desenvolvimento capitalista no Brasil ficasse desfalcado de elementos que lhe são imprescindíveis.

Tomemos como exemplo a questão do imperialismo. É um fato arqui-conhecido que as relações imperialistas têm um papel importante no desenvolvimento capitalista no Brasil. Mas o tratamento dado a este ponto pelas RP MR 8, amalgamando meio século de história em algumas frases generalizantes, desfigura e abstrai as condições históricas concretas do problema. As afirmações que resumem a visão dos companheiros são as seguintes: "... a afirmação da burguesia industrial e conseqüentemente o desenvolvimento do capitalismo no Brasil conformaram um caminho que ... acarretou o reforçamento da dominação imperialista em nosso país" (páginas 22-23); "Desta forma a história do desenvolvimento do capitalismo moderno em nosso país será também a história do reforçamento da dominação imperialista. Não há dúvida que essa associação crescente está atravessada de contradições e atritos. Mas, a despeito disto, é ela quem prevalecerá no processo" (página 24, grifos nossos).

Queremos aqui apenas ressaltar que uma exata avaliação do imperialismo, enquanto fator de entrave ou promotor do desenvolvimento econômico, e ou ainda fator de influência no quadro político dos países dominados (particularmente no Brasil), já custou graves erros à nossa esquerda. E por outro lado, consideramos importante aprofundar a discussão sobre o caráter da luta anti-imperialista no Brasil. (1) Tratar esta questão neste nível de generalidade é inadmissível pois pode induzir a conclusões contraditórias com o pensamento dos próprios companheiros: se levarmos às últimas conseqüências o que aí é dito, a saber, que a dominação imperialista foi e é o fator determinante na estruturação do capitalismo no Brasil, se remos obrigados a concluir que a luta revolucionária no Brasil de hoje é sobretudo contra o capital estrangeiro e seus agentes...

Se é bem verdade que devemos partir do estudo das formas de exploração imperialistas para explicarmos a superexploração das massas trabalhadoras, não se pode imputar exclusivamente ao imperialismo a responsabilidade de pelo que os companheiros chamam de "baixa capacidade de acumulação" (2). Sobre esta questão remetemos os leitores para o artigo de Marta Alves publicado em agosto de 1975 em DEBATE nº 19, onde a visão dos companheiros do MR 8 sobre este problema já foi criticada.

(1) Ver em DEBATE nº 24 e nº 25 artigo de Fernando de Andrade

(2) Ver RP MR 8, página 26: "Fruto inevitável da dominação imperialista, o capitalismo no Brasil apresenta uma baixa capacidade de acumulação".

A ausência de uma análise materialista e dialética de nossa história faz outros estragos. Aliás, bastante compreensíveis: a tendência nesses casos é apontar como "específico" o que é "geral". Por exemplo, a questão do "entranque das forças produtivas": na página 25 os companheiros afirmam que "Desta forma, em pouco menos de meio século a expansão capitalista deixou de coincidir com a marcha do progresso e passou a entranque o livre desenvolvimento das forças produtivas em nosso país. Ao mesmo tempo, em curto prazo, a burguesia transformou-se numa força social conservadora e contra-revolucionária". Em primeiro lugar cabe perguntar quando é que a burguesia brasileira passou a ser "contra-revolucionária"? Alguma vez ela foi revolucionária? A expansão monopolista que caracterizou os últimos 13 anos pode ser considerada como "entranque" ao desenvolvimento da economia?

Marx mostra a contradição entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas (1), mas dentro de um contexto que não pode ser extrapolado para a análise histórica de nossa sociedade. Vejamos: pode-se afirmar que o modo de produção capitalista entranque o "livre" desenvolvimento das forças produtivas, no sentido de que esse desenvolvimento nunca é "livre", e muito menos voltado para a satisfação das necessidades sociais - pois é determinado pela lógica do lucro. Estas são questões que dizem respeito ao modo de produção capitalista enquanto tal e não a uma "especificidade" do capitalismo no Brasil. Tampouco resolveremos o problema recorrendo a fórmulas do tipo "atraso cada vez maior do campo com relação à cidade" ou "gritantes diferenças regionais". Na medida em que o capitalismo implica na subordinação do campo à cidade, as diferenças regionais e a concentração da produção industrial em algumas áreas do território expressam espacialmente esta subordinação. Tais características serão, conseqüentemente, comuns a todos os países capitalistas, dominantes ou dominados. O que é específico ao Brasil são as formas de exploração pré-capitalistas no campo, "...provenientes da inexistência de uma ruptura com a antiga sociedade" (2).

Por fim o documento afirma que "...as características do capitalismo no Brasil determinam a existência de outras camadas e classes distintas da burguesia e do proletariado" (3). Em primeiro lugar não existe nenhum país capitalista no mundo composto exclusivamente de burgueses e proletários. Em todos eles encontramos camadas e classes sociais diversas. Portanto a existência de outras camadas e classes no Brasil não constitui nenhuma especificidade. Por outro lado, seria difícil afirmar que o capitalismo determina a existência de outras classes; no caso do Brasil quais seriam essas classes? O campesinato pobre? Os artesãos?

Classes Sociais

Dizíamos mais acima que a análise materialista de nossa história deve dar conta da integração entre o processo de desenvolvimento econômico e o processo de constituição política das classes sociais. É também a partir daí que poderemos caracterizar as classes sociais, já que uma classe não pode ser analisada fora do contexto de sua transformação histórica.

(1) Pensamos aqui notadamente no trecho do "Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política", onde Marx utiliza exatamente a expressão "entranques das forças produtivas".

(2) RP MR 8 página 27

(3) RP MR 8 páginas 29 e 31

É através do estudo de suas lutas, de sua forma de organização, de seu processo de constituição política que poderemos analisar as classes e camadas sociais que estruturam a sociedade brasileira.

O trabalho que nos é apresentado nas RP MR 8 constitui-se de uma lista das principais camadas sociais consideradas do ponto de vista de sua relação com o sistema produtivo; sobre esta base se inferem automaticamente conclusões sobre suas "tendências" políticas. Assim, apresentam-nos classes sem rosto, sem história, muitas vezes sem nexos. O que designa, por exemplo, a expressão "burguesia agrária latifundiária"? A nosso ver há duas coisas bem distintas: uma é a classe que se define por ser proprietária de latifúndios (exploração de grandes extensões de terra através da renda fundiária sob seus vários aspectos), outra, é a classe que se define pela exploração capitalista através da exploração de mão de obra assalariada em grande escala para a obtenção de mais-valia. O ato de juntar as duas expressões para designar uma mesma fração de classe mereceria pelo menos algumas palavrinhas explicativas!

Não há dúvida de que devemos analisar quais são as classes e camadas sociais objetivamente interessadas no Socialismo. As RP MR 8 avançam alguns elementos neste sentido: "No campo, semi-proletários agrícolas e os pequeno-carponeses são os aliados estratégicos do proletariado... as reivindicações destas classes, embora não sejam imediatamente socialistas, não entram o desenvolvimento da revolução" (página 51). Os companheiros prosseguem dizendo que nas cidades, a classe operária encontra seus aliados estratégicos no semi-proletariado urbano. "Os interesses destas camadas, que geralmente nada possuem senão sua força de trabalho. Também pouco podem ganhar solução no sistema capitalista" (página 51).

Se esta análise determina em termos gerais os aliados do proletariado é um erro absolutizá-la, pois o nível de consciência e de organização destas classes não é um puro reflexo das relações sociais objetivas. O que quer dizer, por exemplo, a expressão "pequena-burguesia democrática"? (página 72). Nada, na análise dos companheiros, nos indica quem é ela, (seria a "proprietária" ou a "assalariada"?...) Nem quais as condições que determinam que uma fração da pequena-burguesia esteja na luta pela democracia. No que diz respeito a este mecanicismo, o exemplo do fascismo é eloquente quanto à diversidade de posições políticas que a pequena-burguesia pode adotar. Portanto, para tentar ver quais os elementos que serão determinantes na tomada de posição política das diferentes camadas sociais a cada momento, é preciso passar indiscutivelmente pela análise concreta de sua história. É somente nesta perspectiva que poderemos formular corretamente questões cruciais como a da hegemonia da classe operária no processo revolucionário, bem como a articulação das classes e camadas no "bloco revolucionário", e a questão atual das alianças de classe.

Estamos tão convictos quanto os companheiros de que "o proletariado é a classe mais revolucionária de nossa sociedade". De que "o proletariado, ao lutar contra a propriedade privada dos meios de produção, bate-se contra a fonte de todas as formas de exploração e opressão existentes, respondendo aos interesses do conjunto dos trabalhadores". Mas o que não podemos fazer é passar deste nível de generalidade à afirmações como a que os companheiros fazem na página 51: "por esta razão ele se faz vanguarda das justas aspirações dos demais explorados e oprimidos da sociedade e dá direção e radicalidade a seus combates". (grifos nossos). Infelizmente, o fato do proletariado representar potencialmente o conjunto dos trabalhadores (dados os interesses objetivos de classe) não acarreta automa-

ticamente que ele tenha "a seu lado a maioria do povo". É imprescindível que façamos intervir um outro nível de análise, que nos mostre como estas classes e camadas estão organizadas, quais as lutas que elas já estão assumindo e como é que elas se apresentam face ao proletariado. É nesta perspectiva que a questão da hegemonia se coloca para o proletariado: como um processo de luta e não como uma decorrência inevitável de de terminações econômicas. É esta dimensão de luta, ausente do documento dos companheiros, que os leva a desprezar a questão da aliança operário-camponesa, assim como a ter uma visão paternalista frente os aliados do proletariado: "como classe dirigente da revolução brasileira, ela (a classe operária) deve defender igualmente os interesses de seus aliados e preocupar-se em fortalecer o movimento revolucionário como um todo" (página 52). As consequências políticas do que apontamos assumem proporções graves no que concerne em particular a questão das alianças de classe. Este problema fundamental é resolvido no documento de maneira autoritária e abstrata. Abstrata porque não se leva em conta as lutas específicas destas classes, e autoritária porque em nenhum momento faz interferir a vontade das massas. Ignorando seu nível de organização e suas reivindicações concretas de hoje em dia, ignorando os laços que já as unem com outros setores da sociedade, os companheiros decretam medidas, decretam interesses, decretam aliados e alianças.

Revolução Socialista

As RP MR 8 se baseiam, com justeza, no caráter capitalista de nossa sociedade para afirmar que "...os grandes problemas que afetam nosso país ...são poderão ser radicalmente vencidos através da revolução proletária e da construção do socialismo" (página 41). Até aqui, a concordância é total visto que como bem frisam os companheiros, a contradição fundamental em nosso país se situa entre "as imensas possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas e o modo de produção capitalista"; entre "o caráter cada vez mais social da produção e o caráter privado da propriedade e da apropriação" (página 41).

Porém, a partir destas afirmações, o documento prossegue com a tese de que "...a resolução desta contradição é condição indispensável para que as tarefas democráticas e anti-imperialistas da Revolução Brasileira ... possam ser efetivamente levadas a cabo" (página 41, grifos nossos). Há simplesmente um abismo a separar esta tese das que as antecedem, o que indica uma contradição importante. Expliquemo-nos: o Socialismo é sem dúvida a solução de fundo para os problemas de nosso povo, uma necessidade histórica cujas condições objetivas são engendradas pela lógica intrínseca ao modo de produção capitalista. Neste sentido, esta afirmação é igualmente verdadeira para todos os países onde o capitalismo é o modo de produção dominante. Mas nada permite aos companheiros afirmar que a revolução socialista é condição sine qua non para a resolução de contradições resultantes, não do modo de produção capitalista enquanto tal, mas sim do processo histórico específico de desenvolvimento da sociedade brasileira. Processo este que os companheiros não analisaram, como já pudemos ver, e que lhes mostraria justamente qual a articulação entre a contradição "fundamental" em nosso país e as outras que lhe são específicas

Os fundamentos dessa afirmação estão ausentes das RP MR 8. Em contrapartida deparamo-nos com a definição do que seriam as "tarefas democráticas e anti-imperialistas": "...ruptura radical com a dominação imperialista; ...política de transição em várias áreas rurais onde a agricultura moderna e as relações de produção capitalista não chegaram a se desenvolver plenamente...; atenção especial às regiões mais atrasadas do país..." (página 44).

Várias considerações podem ser feitas a partir daí. Em primeiro lugar estas tarefas apontadas refletem apenas alguns dos aspectos legados pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. São deixadas de lado as consequências de caráter social e político da transformação burguesa não revolucionária da sociedade brasileira. Em seguida este abismo significa na verdade um passe de mágica, através do qual, o documento pula da constatação da necessidade histórica do socialismo para a discussão do processo de construção do mesmo, enunciando o programa socialista. Omite-se de perguntar quais as tarefas que se impoem para que o socialismo, historicamente necessário, torne-se praticamente possível.

Qual o caminho específico do socialismo no Brasil? Esta pergunta sintetiza uma das principais divergências entre nossas concepções expressas na Plataforma para a União dos Comunistas e as Resoluções Políticas do Primeiro Congresso do MR 8. O nó da questão é justamente o papel da democracia na luta pelo Socialismo.

Qual a visão apresentada pelas RP MR 8? As tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia são contrapostas soluções que se resumem a uma série de medidas econômicas. Quanto à questão das liberdades democráticas, ela aparece pela primeira vez no documento na parte intitulada "Nossa tática na atual conjuntura": "Nossa tática na atual conjuntura deve consistir em organizar a resistência dos trabalhadores em torno das liberdades democráticas" (página 64). "As lutas de resistência por liberdades democráticas destacam-se hoje como as principais lutas da classe operária e do povo" (página 65). Nossa primeira pergunta é a seguinte: qual a ligação entre esta diretriz tática e a estratégia socialista? O documento nos responde mais adiante de uma forma que não poderia ser mais clara: trata-se de "acumular forças na luta pela derrubada da ditadura militar" visando transformar "a crise desta forma de dominação burguesa que fatalmente ocorrerá na crise do sistema de dominação burgueses como um todo". (página 64). Conseqüentemente, para os companheiros, "a questão central da luta pela socialismo hoje é levar o proletariado e as massas revolucionárias a acumularem o máximo de forças na derrubada da ditadura militar" (idem).

Estas teses deixam claro a visão dos companheiros do MR 8 sobre a luta pela democracia. Para eles ela representa apenas um instrumento tático, uma maneira eficaz de acumular forças para combater o poder burgueses - a quem hoje as palavras de ordem democráticas se contraporiam irredutivelmente. A subestimação da luta pela democracia no Brasil. Evidencia-se por outro lado na sua relativização: despidendo-a de qualquer conteúdo concreto os companheiros relegam a questão ao terreno da abstração. "É claro que toda conquista de liberdades democráticas pelas massas, seja ela legalizada ou não, é sempre limitada ou parcial, enquanto perdurar o poder burgueses, ou seja enquanto o Estado for a repressão organizada contra a classe operária e o povo e os capitalistas conservarem força para atentar contra os direitos democráticos das amplas maiorias" (página 66). É muito fácil tachar de "limitadas" e "parciais" as liberdades democráticas da França de 1936 e de 1977, da Espanha de Franco e da atual, do Chile de Allende e de Pinochet, sem se dar ao trabalho de questionar qual o significado destas liberdades enquanto instrumento de luta, de organização e de conscientização para as massas.

Por que as palavras de ordem democráticas se revelam hoje tão eficazes para a mobilização de setores crescentes das massas populares? O ascenso da mobilização popular vem provar que estas palavras de ordem são a expressão de objetivos e anseios concretos das massas populares. Expres-

sam o repúdio às condições de vida impostas pelo terror militar. No entanto, se parcelas cada vez maiores das camadas populares vão sendo conquistadas para a luta contra a ditadura, isto não quer dizer que essa luta seja vista da mesma forma por todos que compõem a frente de oposição ao regime. As contradições entre os interesses das forças revolucionárias e das forças não revolucionárias da democracia, nos remetem ao problema da correlação de forças entre esses dois setores. Esta questão se impõe para nós desde hoje, para que possamos imprimir um caráter revolucionário à frente de oposição à ditadura. Embora não possamos nos entender sobre este ponto agora, vale a pena pelo menos constatar que os companheiros não podem responder a essa questão apresentando sua "Plataforma de Resistência". Por outro lado, nem todas as forças sociais que podem dar um conteúdo revolucionário às lutas pelas liberdades democráticas têm consciência de que esta luta se inscreve no quadro da luta pelo socialismo. O programa da revolução deve levar este fato em conta. De nada adianta propor um programa, por mais radical que seja, se ele não contiver os elementos através dos quais o proletariado e as massas trabalhadoras conquistarão as condições para chegar ao socialismo. Se ele não traduzir as alianças que devem se estabelecer entre os setores e camadas revolucionárias. Se ele não se mostrar um verdadeiro guia para a ação dos comunistas da luta por seus objetivos históricos.

O Campo

A análise de classes no campo das RP MR 8 resume-se ao enunciado da tese -não demonstrada- de que o proletariado rural é a classe que congrega a maioria dos trabalhadores agrícolas. Ao mencionar classes e camadas o documento é bastante sucinto, nem mesmo se preocupa em determinar seu peso relativo na estrutura de produção ou no quadro político. A visão dos companheiros pode ser caracterizada pela supervalorização da natureza capitalista das relações de produção na agricultura. A consequência política natural de tal desvio é tomar como proletários grande parte dos camponeses brasileiros, minimizando a questão da aliança operário-camponesa.

O documento evita enfrentar questões importantes como a da luta pela terra ou a da necessidade de uma aliança de classes com o campesinato. Isto é o resultado inevitável da ausência de uma análise concreta das forças sociais da agricultura e conduz necessariamente a graves erros políticos. Assim, quando se refere ao campo, o Programa de Resistência é claramente direitista. O objetivo geral de terra aos que a cultivam se traduz hoje, concretamente, na expropriação sem indenizações dos latifúndios e na entrega gratuita destas terras aos assalariados rurais e camponeses pobres. Nenhuma transformação da situação dos que trabalham na agricultura poderá evitar esta reforma, mesmo nos marcos do capitalismo. Os ritmos e formas de expropriação e entrega é que variarão conforme a correlação de forças. O Programa de Resistência nem se refere às expropriações, limitando-se a repetir o objetivo genérico "pela terra aos que a cultivam". Mas o mais surpreendente é o dito programa socialista. Nenhuma das medidas aí enunciadas caracterizam verdadeiramente uma transformação socialista na agricultura. Quando o Socialismo for praticamente possível, o proletariado agrícola e o campesinato certamente saberão organizar a exploração coletiva da terra sem que seja preciso consultar o Programa do MR 8 para saber se uma determinada empresa deve ser "fazenda de Estado" ou "cooperativa".

ORIGENS DO COMUNISMO NO BRASIL

nenos matos

Na pouco estudada história do movimento comunista brasileiro um dos aspectos menos conhecidos, talvez o mais obscuro, é o que se refere às suas origens. Isto poderia ser explicado primeiramente pela tendência própria a todo movimento recém-formado de romper com o passado no qual se enraíza, em seguida pela peculiaridade de seu nascimento que contrariamente aos movimentos argentino, uruguaio e chileno, para citarmos exemplos latino-americanos, não resulta de uma ruptura no seio do movimento socialista mas sim de uma divisão dentro do anarco-sindicalismo, razão pela qual escapa às explicações padronizadas da época.

Para compreender o processo de formação do movimento comunista brasileiro é necessário analisar a evolução do movimento anarco-sindicalista no Brasil sobretudo no período que se segue imediatamente à Revolução Russa buscando avaliar a importância das repercussões desse acontecimento sobre essa corrente do movimento operário. Nosso objetivo neste trabalho é justamente discutir em que medida esse fator de ordem externa que foi a Revolução Russa determinaria a divisão do anarco-sindicalismo, contribuindo para criar as premissas que tornariam possível a formação de uma tendência comunista no Brasil, ligada à perspectiva da III Internacional e que formaria a seguir o Partido Comunista do Brasil.

O Anarco-Sindicalismo e a Revolução Russa

Pode-se dizer que por volta de 1905 o anarco-sindicalismo era a tendência dominante no movimento operário brasileiro e que assim se manteve até o fim da década de vinte. Em 1906, por ocasião do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, os anarco-sindicalistas obtiveram uma maioria considerável, derrotando as teses socialistas. Enquanto estes pretendiam transformar o movimento em novo partido político, a concepção anarco-sindicalista limitava a ação do movimento operário à luta econômica direta, negando a necessidade da luta política. Esta orientação delineou-se claramente nas resoluções do Congresso.

Divididas em três partes (I. Sobre Orientação, II. Sobre Organização, III. Sobre Ação Operária) e em vários temas apresentados sob forma de questões as resoluções do Congresso respondiam primeiramente ao seguinte tipo de interrogação: "A sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar sua neutralidade? Deverá ter uma ação política?" (1) O Congresso Operário considerando que "o proletariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses comuns a toda a classe operária" e reconhecendo "a necessidade ineludível da ação econômica direta de pressão e resistência", respondia aconselhando o proletariado a "organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial". Com a ressalva, entretanto, de que não deveria abandonar "a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas" o Congresso convidava ainda o proletariado a "por fora do Sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção pela associação de

resistência de uma doutrina política ou religiosa, ou de programa eleitoral". Concentrando assim suas forças na organização sindical da classe operária - "agrupamento essencial" - os anarco-sindicalistas não admitiam a necessidade da organização político-partidária da classe operária.

A partir do Congresso os anarco-sindicalistas terão um papel preponderante na maioria dos sindicatos e participarão como protagonistas de vanguarda das principais lutas travadas pela classe operária durante esse período. O apogeu de sua influência no movimento operário brasileiro se dará entre 1917 e 1920, período que se caracterizou particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, por um enorme ascenso do movimento de massas: agitação crescente, greves de grandes proporções, enfrentamentos de rua, etc. É exatamente nesse período que começa a expandir-se a influência política da Revolução Russa e a seguir a da III Internacional, fundada por Lênin em março de 1919.

As notícias referentes à insurreição da classe operária dirigida pelos bolcheviques e a tomada do poder por esses revolucionários na Rússia eram acompanhadas com profundo interesse pelos operários politizados e por todos os revolucionários brasileiros. No entanto, a confusão era bastante grande. Durante algum tempo as informações foram bastante superficiais e imprecisas, os fatos eram apresentados, ou melhor, deturpados ao sabor da imaginação ou dos interesses de cada um; era praticamente impossível conhecer a verdade sobre esse acontecimento, ainda assim considerado de importância capital para o movimento operário e revolucionário. As agências noticiosas internacionais e a imprensa burguesa evidentemente não contribuíam para esclarecer sobre o caráter do processo revolucionário que se desenrolava na Rússia; como tudo o que se movia contra a ordem dominante era sinônimo de "anarquismo" (como é hoje de "subversão" e "comunismo") a vitória dos bolcheviques foi considerada como vitória anarquista.

Por seu lado, a imprensa operária, composta na época por um número considerável de pequenos jornais publicados nas principais cidades do país utilizava todos os meios disponíveis para restabelecer a verdade e fazer compreender a natureza daqueles acontecimentos. Vários artigos retomados da imprensa operária da Europa e das Américas foram então publicados, bem como algumas análises feitas a partir desses artigos. O Debate que era então publicado no Rio de Janeiro, sob a direção de Astrogildo Pereira, Fábio Luz, Maurício de Lacerda, Agripino Nazaré e Lima Barreto iniciou a publicação de uma série de comentários sobre a Revolução Russa de autoria de Astrogildo Pereira, mas foi logo proibido. Em fevereiro de 1918, sob o pseudônimo de Alex Pavel, Astrogildo Pereira publicou uma brochura intitulada A Revolução Russa e a Imprensa, na qual reuniu várias de suas cartas enviadas a jornais e que não haviam sido publicadas, criticando a versão que estes apresentavam sobre os acontecimentos revolucionários russos.

Na maioria dos textos publicados no período favoráveis à Revolução Russa dominava a suposição de que se tratava de uma revolução de caráter libertário. Os principais dirigentes anarco-sindicalistas vendo os fatos à sua maneira e ignorando quase inteiramente o que se passava no interior do movimento socialista europeu e particularmente na Rússia, tendiam a considerar que a Revolução Russa abria o caminho da Anarquia. Foi com base nessa visão errônea quanto à natureza da Revolução Russa que a imprensa anarco-sindicalista se manteve firmemente favorável a ela e a

defendeu inteiramente até meados de 1920. Nessa época foram publicados pela primeira vez no Brasil alguns textos de Lênin e de outros dirigentes ligados ao bolchevismo - conhecido, então, no Brasil como "maximalismo" ou "praximismo".

Não compreendendo as profundas contradições existentes entre suas idéias e as da fração bolchevique da social-democracia russa (que logo depois da tomada do poder passaria a ser o núcleo fundamental do movimento comunista internacional), os dirigentes anarco-sindicalistas brasileiros incentivaram as várias manifestações de solidariedade do movimento operário para com a jovem República dos Soviets. Um exemplo importante nesse sentido foi dado pelo III Congresso Operário (1920), que aprovou uma saudação especial ao proletariado russo "que tão alto tem erguido a tocha da vitória triunfante, abrindo o caminho do bem-estar e da liberdade aos trabalhadores mundiais". A confusão era tal que esse Congresso, em que preponderavam as idéias anarco-sindicalistas, aprovou outra moção em que declarava sua simpatia à Internacional Comunista (III Internacional de Moscou, como diziam) "cujos princípios correspondem verdadeiramente às aspirações de liberdade e igualdade dos trabalhadores do mundo inteiro" (2). Ainda nesse Congresso, os representantes da Liga Operária da Construção Civil de São Paulo, Deoclécio Fagundes e Teófilo Ferreira, apresentaram uma proposta de adesão à Internacional Comunista. O Congresso a recusou com base nos argumentos de Edgard Leuenroth, que apoiado por Astrogildo Pereira e José Elias, pretendia que a I.C. não era uma organização sindical autêntica (3).

Sob o signo da Revolução Russa e da influência do bolchevismo alguns dirigentes anarco-sindicalistas, entre os quais José Oiticica e Edgard Leuenroth, já haviam tentado formar um partido operário. Trata-se sem dúvida de um fato singular e contraditório na medida justamente em que esses militantes vinculavam-se à tradição anarquista que visava a abolição do Estado opressor e a emancipação revolucionária do proletariado através da greve geral sem entretanto reconhecer a necessidade da ação política do proletariado na cena nacional e portanto de uma organização partidária...

Isto posto, aparece primeiramente o Partido Comunista do Rio de Janeiro, a 9 de março de 1919, pretendendo estar de portas abertas aos "anarquistas, socialistas e todos aqueles que aceitem o comunismo socialista". Em junho foi formado o Partido Comunista de São Paulo e logo em seguida organizada a Primeira Conferência Comunista do Brasil, com o fito de formar o Partido Comunista do Brasil.

O que se verifica apesar desses passos dados em direção à organização político-partidária é que não se rompeu com a tradição anarquista pois a nova organização, denominando-se partido, não teria estatutos mas simples "bases de acordo" (redigidas por Astrogildo Pereira que em 1922 formaria o segundo Partido Comunista do Brasil, este sim na linha da Internacional Comunista). Entre outras coisas essas bases de acordo estabeleciam que "o entendimento coletivo entre os núcleos de uma determinada região do país, ou de todo o país, far-se-á por meio de conferências de delegados diretos dos núcleos que possam comparecer" e que "cada núcleo do Partido enviará a essas conferências os delegados que entender, sendo que as deliberações das conferências tomar-se-ão por acordo unânime"(4). Devemos constatar que tais bases de acordo nada têm em comum com os estatutos próprios dos partidos comunistas que surgiram a partir daquele mesmo ano em vários países, nem com as 21 Condições de Adesão à Internacio-

nal Comunista, adotadas pelo II Congresso da I.C. (julho-agosto de 1920) cujo 12º item, por exemplo, previa que os PCs deveriam organizar-se sobre a base do "centralismo-democrático" e com uma "disciplina de ferro, próxima da disciplina militar", e que no item 16º afirmava o caráter obrigatório, para cada seção ou partido nacional, das decisões da I.C., "partido mundial único".

Somente algum tempo mais tarde é que as diferenças entre as concepções anarquistas e bolcheviques - materializadas na Internacional Comunista - começaram a aparecer claramente, resultando na divisão do movimento anarco-sindicalista brasileiro.

A cisão do Anarco-sindicalismo

Na medida em que as contradições entre Anarquismo e Bolchevismo começaram a ser conhecidas, os anarco-sindicalistas brasileiros se depararam imediatamente com uma séria questão: continuar apoiando ou romper com a Revolução Russa e indiretamente com os bolcheviques? Sua divisão em duas correntes se dará justamente na resposta a essa questão. A partir daí originou-se um enfrentamento que não se limitou aos núcleos do recém-formado partido, mas que invadiu todos os sindicatos revolucionários. Já de início muito dividido pela autonomia e peculiaridade de seus núcleos, o partido anarco-comunista dissolve-se em meio às controvérsias que terminaram por demonstrar seu caráter artificial e efêmero. Isto se passa num período de refluxo do movimento operário brasileiro. Everardo Dias, importante dirigente anarco-sindicalista da época, por exemplo, recorda que "Os sindicatos existentes, débeis células das potentes organizações de outrora, em vez de se tornarem os centros propulsores de uma nova e forte organização visando atrair de novo os trabalhadores para suas sedes, voltando a despertar neles o espírito de luta outrora tão vivo e latente transformaram-se em cátedra apaixonada de debates sobre se se devia ou não apoiar o Bolchevismo"(5).

Ao que tudo indica o ataque aos bolcheviques foi iniciado pelo dirigente anarco-sindicalista Florentino de Carvalho, que no artigo "Falência do Anarquismo?!", publicado por A Plebe (6) em março de 1920, afirmava: "não é verdade que os anarquistas sejam partidários da ditadura, da lei e do Estado. Na Rússia, por exemplo, eles se opõem tanto à ditadura do proletariado que chegam ao ponto de realizar, contra os maximistas, verdadeiras batalhas de rua em Petrogrado e em Moscou". Em seu número seguinte, A Plebe publicou um editorial ("Anarquismo e Bolchevismo") no qual os bolcheviques eram elogiados pelo fato de haver estabelecido uma nova ordem de coisas mais justa e benfeitora. A discussão continuou durante o ano inteiro e progressivamente todos os jornais e publicações operárias nela se engajaram.

Os temas mais frequentes se referem em geral às relações entre Estado e Revolução. No artigo "Defindo princípios: Sindicalismo não é Bolchevismo", publicado em A Obra (semanário fundado por Florentino de Carvalho, em maio de 1920) e datado de 15 de setembro desse mesmo ano, afirma-se que o "sindicalismo que deve, se realizar sua missão histórica, abrir as portas da Anarquia" não pode "de maneira nenhuma utilizar o Estado como faz o 'marxismo'." A polémica sobre o Estado era seguida pela controvérsia sobre a necessidade da organização política da classe operária. Nesse mesmo número de A Obra, Florentino de Carvalho denunciava que alguns "militantes libertários do Rio" estavam propondo a formação de um "partido socialista-maximalista" que pretendia substituir pela via eleitoral o "Estado Burguês" por um "Estado Bolchevique", para em seguida a-

firmar que: "como os bolcheviques, nós queremos derrubar o Estado Burguês mas queremos também derrubar o Estado Bolchevique". Nesse mesmo artigo, intitulado "O Bolchevismo: Sua repercussão no Brasil", Florentino de Carvalho declarava que a formação de um partido "socialista ou maximalista" corresponderia a negar os princípios adotados, poderia causar uma cisão e seria "uma traição à causa da emancipação humana". Como se vê, a distância da tese marxista que afirma a necessidade da organização política da classe operária em partido distinto e oposto aos velhos partidos das classes dominantes era muito grande. Mesmo aqueles que como os que compunham a Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário do Brasil, afirmavam ainda defender a Revolução Russa "por todos os meios e contra todos" e que aceitavam ser abertamente chamados de bolcheviques, não deixavam de insistir na idéia de que a formação de um partido dividiria os trabalhadores, enreda-los-ia em "intrigas eleitorais" e os levaria a adotar tendências "alheias à vida dos trabalhadores" (C.E. do III C.O., Boletim I, agosto de 1920, páginas 5 e 16).

A campanha contra o bolchevismo chega a seu ápice na imprensa anarco-sindicalista entre novembro de 1920 e março de 1921 e assistimos à recomposição da corrente anti-bolchevista em sua tradição anarquista. No dia 19 de novembro A Plebe publica uma entrevista de Errico Malatesta (o famoso dirigente anarquista italiano) na qual ele declara que "esses socialistas - esses bolcheviques, os mesmos marxistas de sempre - querem estabelecer um governo forte, centralizado e despótico". Logo a seguir, em 27 de novembro, é publicado outro artigo, talvez o mais importante do período, em que toda a confusão vivida pelo anarco-sindicalismo nesses três anos é posta a nu: "Pela Revolução Anarquista: Contra a Burguesia e Contra o Bolchevismo". Nesse artigo explica-se entre outras coisas que ao apoiar a revolução bolchevique os anarquistas haviam confundido anarquismo e bolchevismo e que era necessário, "ainda que tarde", reagir contra essa confusão. Dessa maneira chegou-se ao ponto em que não poderia haver mais mal-entendidos. Para aqueles que rompiam com o bolchevismo não se apresentava maiores dificuldades ideológicas, pois retomavam a trincheira no terreno de seus princípios tradicionais, mas para aqueles que continuavam apesar de todos os esclarecimentos apoiando a Revolução Russa e os bolcheviques, os conflitos ideológicos eram bastante graves, pois tratava-se, na realidade, de renegar suas concepções anteriores e mudar de campo político. A maioria dos principais militantes do anarco-sindicalismo e do movimento operário passaram a opor-se ao bolchevismo, entre os mais conhecidos estavam Florentino de Carvalho, José Oiticica, Fábio Luz, Carlos Dias, Antônio Campos, Edgard Leuenroth, Adelino Pinho, Pedro Matera, Manuel Perdigão, Manuel Campos e outros que segundo Everardo Dias eram militantes que exerciam "indiscutível influência entre a massa trabalhadora".

Nessa situação, Everardo Dias - que em certo momento da polêmica foi tratado por Manuel Campos como "um desertor que cuspiu no seu passado" - foi um dos primeiros a afirmar abertamente que mesmo continuando no campo libertário admitia a necessidade da ditadura do proletariado (artigo publicado em A Plebe de 6 de novembro de 1920). Aparentemente, é pelo início de 1921 que Astrogildo Pereira se define pelo campo bolchevista, apesar de haver afirmado, ainda em novembro de 1920, que continuava "intransigente em (seu) ponto de vista libertário". ("A Moção dos Sapateiros", Voz do Povo I, nº 270, 5 de nov. de 1920). Outro militante, ainda obscuro na época, que passou para o campo bolchevista foi João da Costa Pimenta. Em fevereiro de 1921, ajudado por Edgard Leuenroth e Afonso Schmidt, ele havia lançado em São Paulo o jornal A Vanguarda, que por volta de março a-

dotar uma orientação pró-bolchevique e iniciou a publicação de uma série de artigos que combatiam a "ofensiva de mentiras contra os soviets".

Assim se delinearão as premissas que permitiriam a formação do movimento comunista no Brasil. O anarco-sindicalismo se dividiu, como podemos constatar, quanto a questão da ditadura do proletariado. Aqueles que passaram a admitir a necessidade histórica transitória da ditadura do proletariado colocaram-se virtualmente no campo do bolchevismo e da III Internacional. Este primeiro elemento da base política sobre a qual se formou o movimento comunista brasileiro se fez acompanhar em seguida pelo reconhecimento da necessidade de formar um partido político centralizado e integrante da Internacional Comunista.

A formação do Comunismo no Brasil não se deu a partir de uma apreciação diferente da dos anarquistas sobre o caráter da sociedade brasileira da época nem sobre a ação a ser desenvolvida pelo movimento operário. Como também não havia diferenças propriamente programáticas, as divergências que justificaram a divisão entre os anarco-sindicalistas e os bolchevistas brasileiros se materializaram unicamente em questões cujas consequências práticas não eram evidentes para a classe operária. Há uma diferença marcante portanto entre a formação do comunismo no Brasil e o sentido histórico da formação do movimento comunista nos países europeus mais adiantados. As cisões na social-democracia européia, a partir das quais se formariam os partidos comunistas deram-se sob o signo da Revolução Russa e no quadro da crise profunda em que se encontrava o capitalismo no fim da Primeira Guerra. A justificação histórica para a formação do movimento comunista era dada por um lado pela perspectiva eminente de novas revoluções e, por outro, pela "traição" da social-democracia diante da guerra e pelo seu deslize em direção ao reformismo, quando não do mais descarado oportunismo. O princípio da ditadura do proletariado aparecia, assim, como uma questão premente e o movimento comunista seguindo a via aberta pelos bolcheviques russos se apresentava como a orientação mais consequente e revolucionária para a classe operária com vista à tomada do poder de Estado.

O surgimento e a evolução do comunismo no Brasil teve outro caráter, pois se tratava de conquistar o terreno ocupado pelos anarco-sindicalistas no movimento operário travando uma luta política em torno de questões que não pareciam ser de interesse imediato da classe operária - a ditadura do proletariado não estava na ordem do dia - ou que lhe eram aparentemente estranhas, como por exemplo o caráter do partido a ser organizado e sua ligação com a Internacional Comunista. Isto pode explicar em parte a grande dificuldade de implantação com que se defrontou o movimento comunista brasileiro durante muitos anos.

NOTAS

- (1) Uma reprodução parcial dessas resoluções encontra-se em E. CARONE, A Primeira República - Texto e Contexto, S.P., Difel, pp. 233-239
- (2) Cf. Astrogildo PEREIRA, Formação do PCB, Vitória, pp. 29-30
- (3) Cf. J.W.F. DULLES, Anarchists and Communists in Brazil, Austin-London, University of Texas Press, 1975, página 135
- (4) Edgard RODRIGUES, Nacionalismo e Cultura Social, página 236
- (5) E. DIAS, História das Lutas Sociais no Brasil, S.P., Edaglit, p. 102
- (6) As citações que seguem encontram-se no livro de DULLES; qualquer alteração na forma deve-se portanto à versão inglesa.

DEBATE

ESTA A VENDA EM

PORTUGAL

Livraria Opinião
Rua Nova da Trindade, 24 Lisboa

Iberlivro
Largo Trindade Coelho, 3-4 Lisboa

SUECIA

Bokcafét
Drottningatan, 85 Stockholm

Bokcafét
S.T. Petrikyrkog., 7 Lund

NORUEGA

Tronsmo Bokhandel
Christian Augustsgt., 19 Oslo

FRANÇA

Librairie-Centre des Pays de Langue
Espagnole et Portugaise
16, rue des Ecoles Paris 5

Librairie Le Tiers-Mythe
21, rue Cujas Paris 5

Librairie Floreal
121, avenue du Maine Paris 14

ITALIA

Libreria Rinascita
Via delle Botteghe Oscure, 1-3 Roma

INDICE

Editorial:

Contando as Divisões p. 3

Fernando Andrade
Os Comunistas e a Oposição Sindical. p. 7

A. Silva
Custo de Vida p. 15

Marilda de Castro,
Tereza Guimarães e Francisca Pereira
MR 8: Equívocos de um Congresso p. 19

Neno Matos
Origens do Comunismo no Brasil p. 27

CORRESPONDENCIA,
ASSINATURAS,
NUMEROS ATRAZADOS :
DEBATE
c/o J. Bourderie
146, rue Montmartre
75002 Paris
France